



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA  
CNPJ: 74.062.332/0001-37

**APROVADO**  
**24 / 10 / 25**  
**Dr. Suair Mariano de Melo**  
**Presidente**

## REQUERIMENTO Nº 013/2025

**AUTORIA:** VENUZA FARIAS MESQUITA SILVA – Vereadora - Solidariedade

### I – DO REQUERIMENTO

A Vereadora descrita acima, usando das atribuições contidas no Art. 141 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caseara, **REQUER** ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que **ENCAMINHE** Projeto de Lei a esta Casa, dispondo sobre a concessão de uma folga anual às servidoras públicas municipais para realização de exames de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero, e instituindo campanhas de conscientização voltadas às mulheres da rede privada e domésticas.

### II – DA JUSTIFICATIVA

A Vereadora que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer, após ouvido o Plenário, o envio ao Chefe do Poder Executivo Municipal do Projeto de Lei em anexo, que dispõe sobre a concessão de uma folga anual às servidoras públicas municipais para realização de exames de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero, e institui campanhas de conscientização voltadas às mulheres da rede privada e domésticas. O objetivo é estimular a prevenção e o diagnóstico precoce, reforçando o compromisso do Município com a saúde da mulher, em consonância com as ações já previstas na Lei Estadual nº 3.548/2019.

Diante da relevância da matéria, requer-se a aprovação deste requerimento e o consequente encaminhamento do Projeto ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para análise e eventual formalização do Projeto de Lei correspondente.

Sem mais para o momento, segue justificado as razões do REQUERIMENTO supra, cujo solicita a aprovação dos nobres edis.

**CÂMARA MUNICIPAL CASEARA**, aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2025.

**VENUZA FARIAS MESQUITA**  
Vereadora



Projeto de Lei nº

“Dispõe sobre a concessão de uma folga anual às servidoras públicas municipais para realização de exames de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero, e institui ações de conscientização voltadas às trabalhadoras da iniciativa privada e domésticas no âmbito do município de Caseara”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASEARA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedido às servidoras públicas municipais o direito a uma folga anual, sem prejuízo da remuneração, para realização de exames de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero.

Parágrafo Único – O direito de que trata o caput será concedido às servidoras municipais a partir dos 30 (trinta) anos de idade, mediante comprovação da realização dos exames preventivos.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal poderá promover, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos competentes, campanhas anuais de conscientização e incentivo à realização de exames preventivos de câncer de mama e do colo do útero, voltadas a todas as mulheres do município, inclusive empregadas da iniciativa privada e trabalhadoras domésticas.

Art. 3º - As campanhas de que trata o artigo anterior terão caráter educativo e informativo, e poderão ser realizadas em parceria com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil, para realização de exames de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, definindo as condições e procedimentos necessários para sua aplicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal poderá promover, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos competentes, campanhas anuais de conscientização e incentivo à realização de exames preventivos de câncer de mama e do colo do útero, voltadas a todas as mulheres do município, inclusive empregadas da iniciativa privada e trabalhadoras domésticas.

Art. 3º - As campanhas de que trata o artigo anterior terão caráter educativo e informativo, e poderão ser realizadas em parceria com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil, para realização de exames de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, definindo as condições e procedimentos necessários para sua aplicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.